

EVOLUÇÃO DA ABORDAGEM ENVOLVENDO CONFLITOS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NOS SEMINÁRIOS SAPIS E ELAPIS DOS ANOS DE 2013 E 2017

Gabriel dos Santos Martinsⁱ

Mestrando em Geografia do Programa de Pós-Graduação (POSGEO) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – Membro do Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAIIS) – Bolsista CAPES

Lais Bôto Xavierⁱⁱ

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ-IM)

ⁱ Endereço institucional:

Rua Marquês de São Vicente, n. 225.
Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411.
Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP:
22451-900.

Endereço eletrônico:

gabrieldossantosmartins@yahoo.com.br

ⁱⁱ Endereço institucional:

Av. Gov. Roberto Silveira - Moquetá,
Nova Iguaçu - RJ, 26020-740

Endereço eletrônico:

laisgeografia2013@gmail.com

Resumo

O trabalho busca tratar do surgimento do Seminário sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS) e do Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (ELAPIS), que foram organizados dada a carência da abordagem sobre conflitos das populações tradicionais em Unidades de Conservação. Tem-se por objetivo central a análise da evolução da temática nos anais das edições de 2013 e 2017 do SAPIS/ELAPIS, relacionadas aos grupos de trabalho (GT) com temática do conflito ligados a populações tradicionais. A nossa análise demonstrou a evolução e maturidade dos anais comparados pelos anos de 2013 e 2017, uma ampliação do número de trabalhos agregados, de regiões abrangidas e de protagonismo das comunidades tradicionais. A projeção que fazemos é o da continuidade dessa evolução, sendo cada vez mais abrangente e democrático no seu exercício e cumprimento de objetivos estabelecidos por cada comissão de trabalho que se proponha a materializar os seminários e encontros.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, Estado da arte, Conflitos e Comunidades Tradicionais

EVOLUTION OF THE APPROACH INVOLVING CONFLICTS OF TRADITIONAL POPULATIONS IN CONSERVATION UNITS IN SAPIS AND ELAPIS SEMINARS IN THE YEARS 2013 AND 2017

Abstract

The work seeks to address the emergence of the Seminar on Protected Areas and Social Inclusion (SAPIS) and the Latin American Meeting on Protected Areas and Social Inclusion (ELAPIS), which were organized due to the lack of an approach on conflicts of traditional populations in Units of Conservation. The central objective is to analyze the evolution of the theme in the annals of the 2013 and 2017 editions of SAPIS / ELAPIS, related to the working groups (WG) with the theme of conflict

linked to traditional populations. Our analysis showed the evolution and maturity of the annals compared between the years 2013 and 2017, an increase in the number of aggregated works, of the regions covered and the role of traditional communities. The projection we make is the continuity of this evolution, being more and more comprehensive and democratic in its exercise and fulfillment of objectives established by each work commission that proposes to materialize the seminars and meetings.

Keywords: Conservation Units; State of the Art; Conflict and Traditional Communities.

Introdução

A natureza do conflito é indissociável da categorização socioespacial das Unidades de Conservação (UCs) do Brasil e do mundo. A elaboração de planos e propostas do quadro da atual geopolítica ambiental apontam para a importância das áreas protegidas como espaços que resguardam as riquezas naturais do presente para a garantia do futuro, preservando espécies da fauna e da flora, com o controle da exploração que mantêm as florestas e que regulam o clima. Assim, uma corrente de pensamento emergiu (escola preservacionista) com a premissa da preservação dos bens naturais. Concepção que expurga as relações possíveis entre as comunidades e o meio, visando o distanciamento das sociedades e dos espaços protegidos, bem como afirma Diegues (2008, p. 22-23):

A questão das áreas naturais protegidas levanta inúmeros problemas de caráter político, social e econômico [...]. Um primeiro conjunto de problemas diz respeito ao tipo e às características das UCs existentes, pois as que são caracterizadas como prioritárias, como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas não permitem a presença de populações humanas, mesmo as consideradas tradicionais [...]. Essas áreas naturais protegidas seguem o modelo norte-americano do parque de Yellowstone.

A lógica do conflito ambiental passa a imperar na dinâmica de ordenamento e manejo das áreas protegidas, visto que as divergências de interesses postulam as pautas de ações. Partimos da definição de conflito embasados em Acsehrad (2004, p. 26) quando postula que esses são promovidos quando envolvem grupos sociais

com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

As comunidades tradicionais, que historicamente ocupam o território em relações de preservação e manutenção dos bens naturais, se veem ameaçadas pelo discurso contraditório da máxima da preservação materializados com as UCs e resguardados juridicamente pelo conjunto de normas e procedimentos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Reconhecemos a importância da criação e implementação do SNUC para o cenário nacional acerca das UCs, promovendo a consolidação de um conjunto renovado de sistemas para garantir cada vez mais a demanda pela proteção ambiental, mas concordamos com Costa e Murata (2015, p. 87) quando afirmam que

Embora o Snuc seja reconhecido internacionalmente por apresentar uma abertura do modelo tradicional de implantação de áreas protegidas, já que não se resumiu a uma “cópia” do modelo norte-americano e instituiu categorias de Uso Sustentável como as Reservas Extrativista e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que garantem a participação e o estabelecimento de populações locais em tais áreas, a criação de UCs de Proteção Integral, tem dado margem a complexas situações de conflitos ambientais, seja pela realocação das populações residentes em tais áreas, seja pela restrição ao acesso e uso costumeiro dos recursos naturais nelas contidos.

É inegável a importância dessas áreas para a proteção da natureza e das dinâmicas ambientais de diversos biomas do mundo, não partimos de argumentos contrários a esses espaços, pelo contrário, destacamos a importância da renovação dos paradigmas e modelos de pensamentos que inserem a perspectiva da defesa dos bens naturais somado à defesa das riquezas históricas, culturais e étnicas de diversos povos.

O campo de pesquisas que defendem essa tese vem aumentando cada vez mais com o aprimoramento e desenvolvimento das ciências ligadas ao campo da biologia, ecologia, geografia, sociologia e antropologia. Congressos, seminários, encontros em geral, têm se destinado a importantes momentos de diálogo e

interação para pensar acerca do desenvolvimento e aprimoramento teórico-metodológico de tais processos. Destacamos aqui o Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS) somado ao Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (ELAPIS) como eventos de grande importância que traçaram uma trajetória renovadora acerca das produções científicas envolvendo as UCs e as comunidades tradicionais. A premissa da inclusão social sempre é destacada juntamente as prerrogativas que envolvem a gestão, a aplicação dos regulamentos jurídicos, as sobreposições de territórios, os objetivos e direcionamentos das UCs, a evolução da paisagem, as ações pedagógicas, etc.

Dada sua importância ao campo democrático, coloca-se como crucial o aprimoramento de estudos debruçados a analisar a evolução das abordagens do SAPIS e ELAPIS ao longo dos anos, o que pode promover a consequente evolução e aprimoramento das suas exigências, direcionando o debate a patamares cada vez mais compromissados com o exercício da mudança da crise socioambiental do tempo presente. O desenho de um quadro de perfil pode auxiliar na compreensão sobre como tais encontros reúnem subsídios empíricos, teóricos e metodológicos por meios de diversos campos do saber, para a promoção mais justa e coerente do manejo e gestão das UCs com as comunidades tradicionais.

Em vista disso, direcionamos nossos objetivos por meio de um recorte temático que envolve o conflito das comunidades nas áreas de proteção através dos anais do SAPIS e ELAPIS de 2013 e 2017, especificamente nos eixos que se destinaram a reunir em um único campo os trabalhos que tratavam dos conflitos nas UCs.

O estudo voltado para essa temática tem ganhado amplitude durante os anos. Dessa maneira, é imprescindível a análise desses novos estudos a fim de termos um panorama real e crítico sobre os estudos realizados.

Metodologia

Como mencionado, realizaremos um ensaio incipiente acerca do estado da arte da produção que envolve os conflitos com comunidades e povos tradicionais nas/com as Unidades de Conservação (UCs) por meio dos anais do SAPIS e ELAPIS,

respectivos às edições ocorridas em 2015 e 2017 nos eixos que se destinaram a reunir as pesquisas que se debruçaram aos conflitos territoriais com as UCs.

Em 2013, foi o primeiro ano que houve a junção desses dois encontros (ELAPIS se reunindo com o SAPIS), por isso a nossa opção de designar as nossas análises a partir desse momento, pois entendemos que a proposta de ampliação da abrangência do evento é um marco de suma importância que renova as perspectivas e abordagens das discussões. Trabalhamos com o VI SAPIS - I ELAPIS e com o VIII SAPIS - III ELAPIS, pois a edição do VII SAPIS - II ELAPIS não destinaram um eixo específico para enquadrar as discussões acerca dos conflitos territoriais, por isso o retiramos dessa nossa primeira análise, pois não se enquadrava no recorte aqui adotado. Na edição do VI SAPIS - I ELAPIS, usamos o eixo “Territorialidades e Conflitos na gestão de Áreas Protegidas”, e na edição do VIII SAPIS - III ELAPIS o eixo “Conflitos ambientais em áreas naturais protegidas: sobreposições, grandes obras, confrontos, resistências e protagonismo”.

Nossa opção metodológica advém da inspiração fornecida por Ferreira (2002), quando define o potencial de pesquisas desse cunho para o aprimoramento de um determinado campo científico. Acerca das pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, a autora comenta (2002, p. 258):

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Nossa proposta de concretizar o desafio de mapear e discutir a produção dos trabalhos nos eixos do SAPIS e ELAPIS, enunciados acima, foi realizada por meio da leitura dos resumos das pesquisas, bem como do título, aqui considerado por nós como o primeiro e mais sucinto resumo de uma pesquisa.

Ferreira (2002) tece considerações importantes sobre as potencialidades e dificuldades do uso dos resumos, indicando que há, para aqueles que optam por tal recuso metodológico, dois caminhos distintos a serem traçados. Um que interage com a produção científica pela quantificação e identificação de dados bibliográficos, onde há o objetivo de classificar a produção num determinado período, local, área de produção.

Esse esforço de ordenação de uma certa produção de conhecimento também é possível perceber que as pesquisas crescem e se espessam ao longo do tempo; ampliam-se em saltos ou em movimentos contínuos; multiplicam-se, mudando os sujeitos e as forças envolvidas; diversificam-se os locais de produção, entrecruzam-se e transformam-se; desaparecem em algum tempo ou lugar (FERREIRA, 2002, p. 265)

E há o segundo momento que, para Ferreira (2002), se refere à possibilidade de inventariar a produção, traçando tendências, ênfases, metodologias e teorias. Segundo a autora supracitada, esse momento apresenta as maiores dificuldades para o tratamento de análises, visto que os problemas que podem surgir de acordo com os fatores relacionados à estrutura dos resumos, como a falta de um padrão definido, resumos mal elaborados, informações que não foram divulgadas no texto. Problemáticas que encontramos presente nos resumos do SAPIS e ELAPIS, mas para lidar com essa dificuldade, nos inspiramos na pesquisa de Fernandes (*et. all*, 2018), que realizaram um levantamento sobre “culturas” nos anais do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, onde definiram a posição interpretativa no método de busca. Assim, em alguns trabalhos fomos ao corpo do texto para considerar certas informações que estavam implícitas no resumo, ou para confirmar aspectos relevantes no nosso filtro de busca que será explanado a seguir.

Resultados e análise dos anais do VI SAPIS - I ELAPIS (2013)

O eixo específico proposto para trazer a dimensão do conflito abarcou não apenas pesquisas que envolveram especificamente as comunidades tradicionais, intitulado “Territorialidades e Conflitos na gestão de Áreas Protegidas”, tal proposta de campo para agregar uma afinidade de propostas teórico-metodológicas abrangeu

relativa diversidade de propostas apresentadas, sendo o total de 25 trabalhos submetidos e publicados. Objetivamos analisar e desenhar um padrão acerca do perfil analítico de cada trabalho submetido a esse eixo, com o intento de melhor definir a identidade do segmento, a ser comparado (por meio do nosso exercício metodológico) com os anais do seminário ocorrido em 2017.

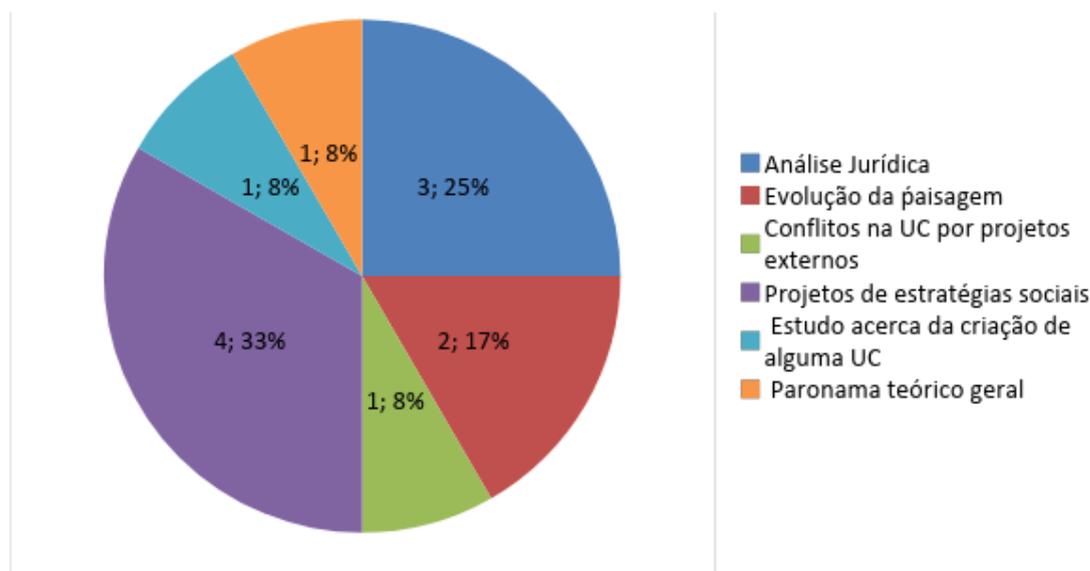
Para tal, fizemos uma divisão que ilustra a proporção entre as pesquisas que trouxeram conflitos com comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, indígenas, incluindo também agricultores familiares) e as que não abarcaram conflitos socioambientais por esse viés, mas que, no plano do conflito, se propuseram a outros objetivos que serão comentados adiante. Sendo por esse, designamos 13 trabalhos que se direcionam ao que comentamos acima para o primeiro grupo de trabalhos, ou seja, aquelas que trazem a dimensão do conflito com base em estudos de casos específicos de comunidades em UCs. Do total já mencionado, 12 pesquisas foram qualificadas no segundo campo de estreitamento qualitativo aqui definido.

Começaremos o desenvolvimento por meio pelo segundo campo. Os 12 trabalhos foram, por sua vez, agrupados em outras 6 subdivisões de acordo com a proposta estabelecida pelos autores desenvolvidas nos resumos. Sendo estas: 1) Análise jurídica: aqueles que se propuseram a analisar (no plano teórico e/ou prático) alguma ordem jurídica presente no SNUC e/ou em outras legislações. 2) Evolução da paisagem: os que demonstraram por meio de geotecnologias e relatos, que envolvem também a pesquisa bibliográfica, as transformações ambientais proporcionada pela implementação de alguma UC. 3) Conflitos na UC por projetos externos: os que analisaram as implicações e conflitos para a dinâmica ambiental de alguma UC por conta de projetos de desenvolvimento implantados *a posteriori* ou não. 4) Projetos de estratégias sociais: enquadrados os trabalhos que objetivaram analisar e descreve projetos implantados, por meio da gestão da UC com outros agentes, para a promoção de alternativas de uso, estratégias de consórcio e mobilização que possam garantir a permanências de comunidades nas UCs. Aqui, foi notório a participação de projetos que vislumbrassem alternativas por meio do turismo. 5) Estudo acerca da criação de alguma UC: aqui, aqueles que tiveram o foco

em apresentar os processos e interesse para a criação de alguma UC, bem como o posterior desenvolvimento dos conflitos de diferentes territorialidades presentes no processo. 6) Panorama teórico geral: nessa divisão, as pesquisas especificamente de cunho teórico acerca dos conflitos socioambientais em Ucs no Brasil e/ou fora. Ver a proporção dos trabalhos no Gráfico 01.

Dentro de tal subdivisão, buscamos ver traços da metodologia usada pelos trabalhos, assim, constatamos que 7 pesquisas não tiveram base empírica para a sua realização, priorizando a articulação bibliográfica. Os outros 5 trabalhos realizaram, além da articulação bibliográfica, uma discussão embasada em experiências empíricas, tais como trabalhos de campo (e procedimentos que se desdobram dos campos, como entrevistas, observação participante, pesquisa-ação).

Gráfico 01 – Subdivisão com o segundo grupo de trabalhos



Fonte: Autores (2019)

Agora, teceremos comentários acerca do primeiro grupo explanado no início desse tópico, que somam o total de 13 trabalhos. Tais pesquisas foram classificadas em conjunto por similaridades na proposta das discussões, nos fornecendo um perfil para refletirmos os conflitos das comunidades tradicionais com as UCs. Todos esses trabalhos utilizaram experiências empíricas como procedimento metodológico

central em suas discussões, visto que trouxeram a dimensão do conflito promulgada pelos sujeitos afetados de alguma forma com a implementação das UCs.

De acordo com a nossa proposta envolvendo a leitura dos resumos, apresentamos que não deu para caracterizar especificamente a natureza de cada conflito nas UCs. Foi possível constar o uso recorrente da combinação dos termos “conflitos territoriais” no título e nos resumos, que qualificaram a proposta dos trabalhos, somado à especificação da comunidade que a pesquisa objetivou trazer à tona.

Procuramos definir quais comunidades estavam sendo estudadas, mas ressaltamos que não é nosso intento fazer correções e definições dos termos e conceitos empregos pelos autores, apenas utilizamos o que já se apresenta nos textos dos trabalhos. Há uma grande discussão nacional e internacional que paira sobre a definição das comunidades e povos tradicionais, Silva Pimentel e Ribeiro (2016, p. 225) afirmam que

em um aspecto mais amplo, povos e comunidades tradicionais são também populações locais. Entretanto, em determinado contexto, população local pode incluir proprietários de terras e donos de hotéis construídos em espaços protegidos, sem necessariamente ser considerados populações tradicionais.

Assim, os autores supracitados procuram uma aproximação dos termos com base em diversos referenciais teóricos, abarcando uma singela definição, considerando que “populações locais são aquelas cuja existência em determinado território possibilitou o desenvolvimento de sua territorialidade, expressa na relação com o lugar” (*Ibidem*, 2016, p. 225). Ainda corroborados pelas as autoras, nos atentamos às expressões: populações ou comunidades tradicionais, populações locais, comunidades rurais e autóctones. Estas encontradas na literatura para designar as populações com modo de vida tradicional.

Constamos que comunidades caiçaras foram citadas em 3 trabalhos, sendo elas de São Paulo (com conflitos no Parque Estadual De Ilha do Cardoso), Rio de Janeiro (com conflitos na Reserva Ecológica da Juatinga) e do Paraná, este sem especificação de uma UC. Nenhum trabalho abordou algum estudo de caso citando as comunidades indígenas, quilombolas e/ou ribeirinhas, o que também causa

Evolução da abordagem envolvendo conflitos das populações tradicionais ...

Gabriel dos S. Martins e Laís Bôto Xavier

surpresa visto a quantidade de conflitos envolvendo esses grupos sociais, como pode constado nas tabelas 01 e 02 , onde indígenas e quilombolas (juntos) correspondem à 31,81% das interfaces em UCs integral e 39,62% em UCs de Uso sustentável.

Tabela 1- Interfaces territoriais por grupo social e categoria de UC de Proteção Integral

Categoria*	Grupo Social					Total	%
	Indígenas	Quilombolas	População tradicional	Agricultores familiares	Assentados da reforma agrária		
ESEC	3	3	14	4	2	26	19,70
MONA	0	0	1	1	0	2	1,52
PARNA	18	9	20	28	6	81	61,36
REBIO	6	3	2	7	3	21	15,91
REVIS	0	0	1	0	1	2	1,52
Total	27	15	38	40	12	132	100
%	20,45	11,36	28,79	30,30	9,09	100	

* Siglas: ESEC: Estação Ecológica; MONA: Monumento Natural; PARNA: Parque Nacional; REBIO: Reserva Biológica; REVIS: Refúgio de Vida Silvestre;

Fonte: Madeira (*et all*, 2015)

Tabela 2 - Interfaces territoriais por grupo social e categoria de UC de Uso Sustentável

Categoria*	Grupo Social					Total	%
	Indígenas	Quilombolas	População tradicional	Agricultores familiares	Assentados da reforma agrária		
APA	2	0	2	1	0	5	9,43
ARIE	0	0	0	2	0	2	3,77
FLONA	8	1	3	10	3	25	47,17
RDS	0	0	0	0	0	0	0
RESEX	8	2	4	7	0	21	39,62
Total	18	3	9	20	3	53	100
%	33,96	5,66	16,98	37,74	5,66	100	

* Siglas: APA: Área de Proteção Ambiental; ARIE: Área de Relevante Interesse Ecológico; FLONA: Floresta Nacional; RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável; RESEX: Reserva Extrativista.

Fonte: Madeira (*et all*, 2015)

As outras pesquisas fizeram abordagens de conflitos socioambientais citando agricultores familiares (3 trabalhos) e com comunidades locais (5 trabalhos citaram os moradores locais). Desse conjunto, 2 trabalhos abordaram conflitos com

comunidades caiçaras e população local, ou seja, impactos do conflito com determinada UC na vida dos caiçaras e dos outros moradores, que serão designados no grupo “comunidades tradicionais”.

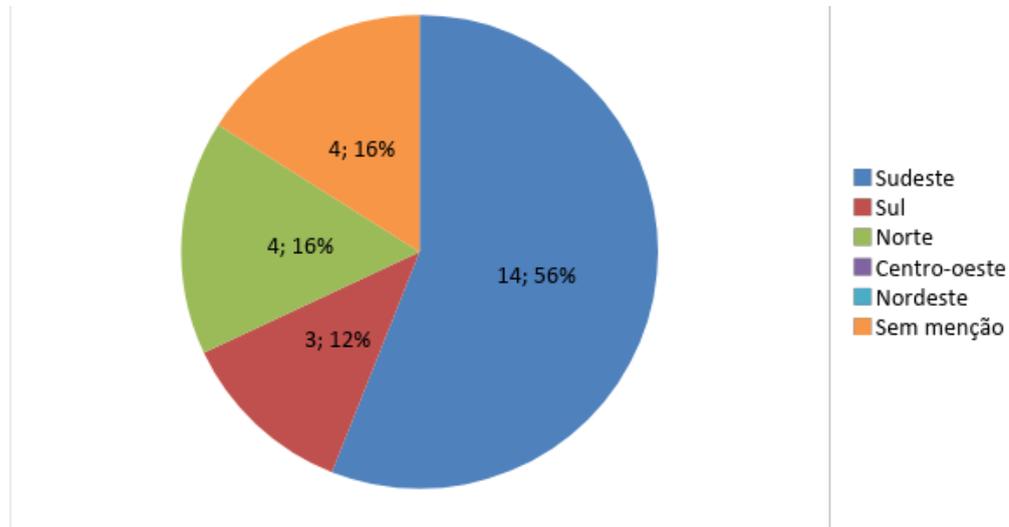
Área de localização dos trabalhos

Do total de 25 trabalhos submetidos e publicados no eixo dos anais, percebemos a grande concentração da produção científica na região sudeste (observe o gráfico 02), foram 14 pesquisas (56%) envolvendo UCs localizadas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, alguns trabalhos foram desenvolvidos com análise direta de algum fenômeno socioambiental acerca de uma ou mais UC, sendo citadas nos títulos e/ou resumos: Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Nacional da Serra da Bocaina, Parque Nacional do Itatiaia, Reserva Ecológica da Juatinga, áreas de proteção de Ilha Grande, Parque Várzeas do Tietê, Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa, Parque Estadual de Ilha do Cardoso, Unidades de Conservação da Serra do Espinhaço, Parque Estadual do Sumidouro, Parque Estadual do Rio Preto, Parque Estadual do Biribiri, Parque Estadual Restinga de Bertiooga. Dos 4 trabalhos (16% referente ao total), apenas uma UC foi citada no título e/ou resumo na região Norte, a Reserva Extrativista Catuá-ipixuna; na região Sul, com 3 trabalhos (12%), nenhuma UC foi citada.

As produções que não citaram alguma UC ou região de abrangência (esse último, com total de 4 trabalhos), em maioria, utilizaram a pesquisa documental como base metodológica, que se propuseram a análises das contradições e efetividades jurídicas, a exemplo dos Termos de Compromissos. Alguns trabalhos foram desenvolvidos por meio da análise de conflitos socioambientais envolvendo áreas que compreendem mais de uma UC, e por isso termos como “territórios” e “áreas protegidas” foram utilizados para especificar a dimensão geográfica, a exemplo, trazemos alguns títulos para a melhor compreensão do leitor: 1) Hidrelétricas e Unidades de Conservação: conflitos de interesse sob o uso normativo do território no alto rio Madeira/Rondônia; 2) Áreas Protegidas em territórios tradicionalmente ocupados: um panorama a partir da rede puxirão de povos e

comunidades tradicionais; 3) Evolução dos direitos territoriais e de propriedade dos recursos de uso coletivo em áreas protegidas na Amazônia; 4) O Termo de Compromisso como ferramenta para a gestão de conflitos em unidades de conservação.

Gráfico 02 – Área de localização dos conflitos mencionados



Fonte: Autores (2019)

Ressaltamos a surpresa de não haver nenhum trabalho que destinasse análises específicas, seja por estudo de caso ou apenas por análise documental, das regiões nordeste e centro-oeste, atrelado à surpresa da pouca produção sobre a região Norte, configurando 16% do total. Tal comentário se deve ao número de interfaces (sobreposições) que envolvem o domínio amazônico, cerrado e da caatinga, como pode ser observado na tabela 3, o que compreendem 65, 95% das áreas de ocorrências.

Tabela 3 - Total de Interfaces em UC de todas as categorias por Bioma

Bioma	Área em UC (ha)	%	Número de UC	%	Número de interfaces	%
Amazônia	59.352.777	79,02	107	34,19	84	45,41
Caatinga	4.013.186	5,34	25	7,99	17	9,19
Cerrado	5.242.490	6,98	39	12,46	21	11,35
Marinho-Costeiro	3.026.682	4,03	59	18,85	20	10,81
Mata Atlântica	3.010.658	4,01	79	25,24	43	23,24
Pampa	319.783	0,43	2	0,64	0	0
Pantanal	147.161	0,20	2	0,64	0	0
Total	75.112.737	100	313	100	185	100

Fonte: Madeira (et al, 2015)

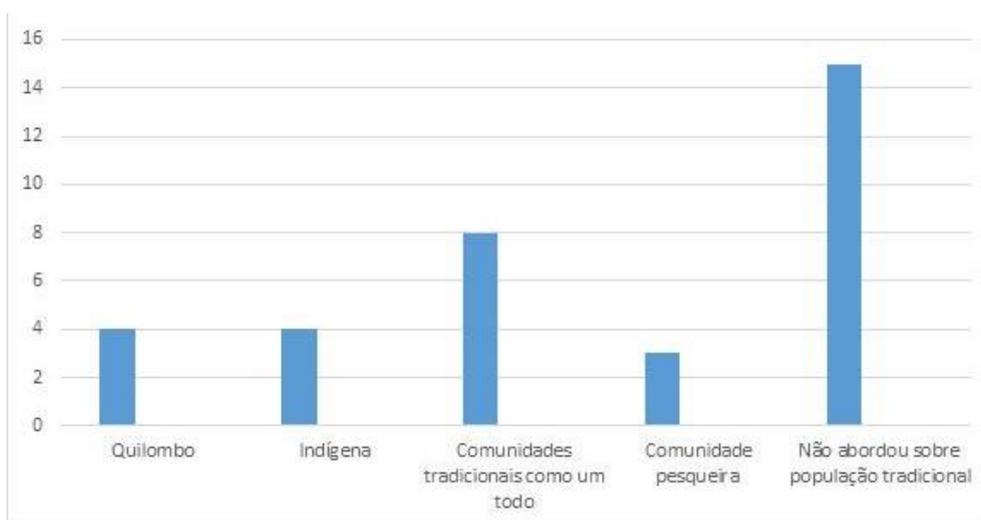
Trazemos algumas hipóteses para pensar a concentração das produções que, para além do já estruturado paradigma que envolvem a concentração de pesquisas nas regiões sudeste e sul, podem exercer influência para o que se apresenta no gráfico. A localização da faculdade que sediou o evento pode ser um grande imperativo, no ano de 2013 o SAPIS/ELAPIS ocorreu em Minas Gerais, o que pode ter sido um facilitador para abarcar as produções da região sudeste, visto as dificuldades para deslocamento proporcionado por diversos fatores. Pensamos, também, se a divulgação do evento foi proporcional com o tamanho da importância e perspectivas atribuídas ao seminário, visto que pela primeira vez congregou o ELAPIS, abrangendo a discussão em outras escalas.

Resultado das análises do VIII SAPIS - III ELAPIS (2017)

O grupo de trabalho (GT) “Conflitos ambientais em áreas naturais protegidas: sobreposições, grandes obras, confrontos, resistências e protagonismo”, no VII SAPIS/ III ELAPIS, sob coordenação dos professores Carmen Andriolli (DDAS/CPDA/UFRRJ), Wilson Madeira Filho (PPGSD-UFF), Cleyton Gerhardt (CCJE/UFRJ) e Alba Simon (PPGSD-UFF), contou com a intenção de reunir os trabalhos utilizados em nossa análise. Nesse GT foram publicados 34 trabalhos, com temáticas variadas, onde a partir da análise dos resumos foi possível

fazer uma classificação segundo a abordagem referente a populações tradicionais. Nessa seleção foram identificados trabalhos referente às seguintes comunidades: 4 sobre quilombolas, 4 referente a indígenas, 8 sobre comunidades tradicionais de forma geral (indígenas, sem terra, quilombola, pescadores tradicionais entre outros), 3 pesquisas com comunidades pesqueiras e 15 não estavam relacionados a populações tradicionais, tendo discussões com base documental, metodológica e jurídica (observar a tabela 04). Percebe-se uma ampliação das comunidades abordadas referente ao ano de 2015.

Tabela 04 – Populações tradicionais abordadas



Fonte: Autores (2019)

Em 2017, percebemos que o número de trabalhos com a temática relacionada ao conflito ampliou com 9 pesquisas a mais, considerando a edição anterior. Consideramos a ampliação dessa área de estudo por conta do aumento do interesse da comunidade acadêmica aos movimentos sociais e lutas cotidianas, como também a participação ativa dos representantes desses movimentos sociais e dos responsáveis pela gestão das UCs como autores desses trabalhos. Levantamos como hipótese outro fator que contribuiu para o aumento das discussões desses movimentos, que se refere ao grande crescimento do discurso extremista de direita e conservador, que apresentavam como pauta a supressão dos direitos desses grupos populares.

Destarte, no evento de 2017, encontramos, diferencialmente da última edição, a presença de trabalhos que abordam estudo de caso com populações tradicionais com autores representantes/líderes das comunidades, caso do trabalho “Comunidade quilombola em unidade de preservação”, de autoria de um quilombola moradora da Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda, em Vargem Grande, no estado do Rio de Janeiro. Nesse mesmo evento também teve participação de autores indígenas, no trabalho “*Oremba’e va’e kue peme’enju orevy pe* (Era nosso, devolva pra nós), que apesar de ser um relato de experiência relato a sobre o II Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Direitos Indígenas, realizado na Terra Indígena Itaxi, Paraty Mirim, Paraty, Rio de Janeiro, teve participação na autoria dois indígenas guarani, um quilombola e um pesquisador acadêmico.

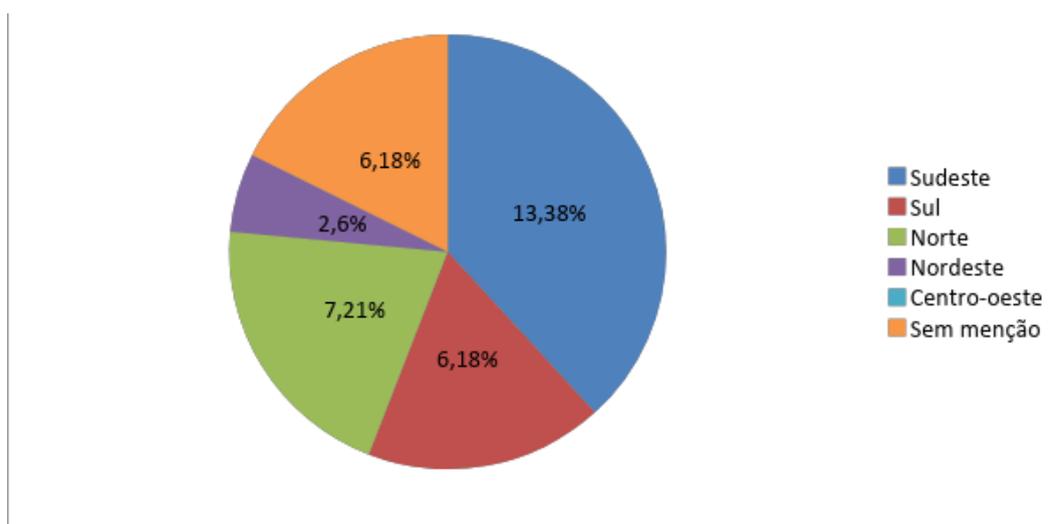
Área de Localização dos trabalhos

A respeito das localidades estudadas pelos trabalhos, identificamos que, da mesma forma que a edição anterior, a produção científica envolveu, em grande parte, temáticas relacionadas diretamente a região sudeste, contabilizando ao todos treze trabalhos, que envolve todos os estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. O estado do Rio de Janeiro apresenta certa proeminência comparado com outros estados da região sudeste, tendo 9 trabalhos publicados, com diversas formas de abordagens dos conteúdos, dos que discutiram especificamente UCs, temos: Parque Estadual dos Três Picos, Parque Estadual da Ilha Grande, APA Macaé e Parque Estadual da Lagoa do Açu e Monumento Natural dos Pontões Capixabas.

A segunda região com maior aderência nos trabalhos foi a região Sul, com seis pesquisas publicadas nos anais do evento. Onde a produção científica se estruturou em alguns estados da região: Paraná, Santa Catarina e a região sul como um todo. Dessas pesquisas as UCs citadas são Reserva Biológica Bom Jesus, Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Parque Nacional do Iguaçu, Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé e Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais.

Um acontecimento que diverge da edição de 2013, é a presença de trabalhos onde as áreas de estudo concentram-se na região Nordeste e Norte (observar o gráfico 03). Com relação ao nordeste onde respectivamente foram apresentados dois trabalhos com título de “Relatório do diagnóstico socioambiental participativo da comunidade Kapinawá em interface com o Parque Nacional do Catimbau”, em Pernambuco e Reserva Extrativista de Tatajuba/CE: Conflitos, resistência e alternativas”, pesquisa realizada no Ceará. Já as produções acadêmicas no Norte chegou a sete, onde os estados citados foram Pará, Amazonas, Amapá, além de um trabalho acerca da floresta amazônica, entre essas pesquisas as UCs estudadas foram: Reserva Biológica do Rio Trombetas, Parque Estadual do Rio Negro – Setor Sul, Parque Estadual do Rio Negro - Setor Norte, a Reserva Extrativista Auati-Paraná, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Gráfico 03 – Área de localização dos trabalhos



Fonte: Autores (2019)

As outras 6 pesquisas publicadas não abordaram nenhuma UC como estudo de caso ou especificação de localidade, sendo em grande parte trabalhos acerca de questões jurídicas e documentais.

Como nas edições anteriores, a ausência de trabalhos relacionados a região Centro-Oeste permanece nessa última edição, como também não apresenta nenhuma pesquisa submetida com relação a localidades latino-americanos fora do Brasil no GT referente a conflito, o que causa estranheza visto que o evento está relacionado a América Latina. Esses dados parecem indicar que a produção de trabalhos se restringem a determinadas regiões devido os eventos ocorrerem em sua grande maioria nessas áreas destacadas com maior produção.

Considerações finais

Expressamos, com passos humildes, a importância e a necessidade sobre a utilização, aprofundamento e consolidação de pesquisas que se destinam ao estado da arte. Juntamente a essa importância, assinalamos a suma importância que representa o SAPIS e o ELAPIS ao campo científico interdisciplinar que se baseia nas premissas de justiça, equidade e democracia sobre as temáticas que envolvem o meio ambiente e suas crises (que na verdade, podem ser caracterizadas por uma crise societária), as populações tradicionais e as UCs.

Os SAPIS se apresenta enquanto alternativa promissora para o aprofundamento do debate e desenvolvimento da ciência, por isso a justificativa do intento de pesquisa que aqui foi apresentado, pois a definição de seu perfil e caminho podem fornecer subsídios para o seu melhoramento. Isso se torna cada vez mais necessário frente ao paradigma e o quadro que se desenha sobre as políticas públicas que envolvem as populações tradicionais no Brasil.

O atual presidente da república (Jair Bolsonaro), juntamente com seus cúmplices, já expressou mais de uma vez o privilégio à lógica econômica, ameaçando comunidades tradicionais que são vistas por eles como empecilhos ao desenvolvimento e à exploração das riquezas minerais presentes na UCs. Comunidades e UCs estão ameaçadas, e agora o discurso institucional emanado por

esse grupo político-econômico agrava ainda mais os problemas históricos que tais áreas enfrentam.

A nossa análise demonstrou a evolução e maturidade dos anais comparados pelos anos de 2013 e 2017, uma ampliação do número de trabalhos agregados, de regiões abrangidas e de protagonismo das comunidades tradicionais. A projeção que fazemos é o da continuidade dessa evolução, sendo cada vez mais abrangente e democrático no seu exercício e cumprimento de objetivos estabelecidos por cada comissão que se proponha a materializar o SAPIS e ELAPIS.

A legitimidade conquistada pelo SAPIS e ELAPIS certamente tem o poder de ajudar no enfrentamento dos conflitos nas UCs com comunidades tradicionais, pois promove a continuidade e importância do debate e de ações e alternativas que minimizam certas tensões entre diversas concepções de apropriação e reprodução dos espaços.

Referências

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC** lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5.ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004.

COSTA, Ana Clara Giralardi; MURATA, Afonso Takao. **A problemática socioambiental nas Unidades de Conservação: conflitos e discursos pelo uso e acesso aos recursos naturais**. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 6, n. 1, p. 86-100, jan/abr 2015.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª, São Paulo: Hucitec, 2008.

FERNANDES, José Artur Barroso; et all. **Pesquisa em educação ambiental e culturas no EPEA**. Pesquisa em Educação Ambiental, vol.13, n.1 – pags. 154-166, 2018.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

MADEIRA, João Augusto; ABIRACHED, Carlos Felipe de Andrade; FRANCIS, Poliana de Almeida; CASTRO, Daniel de Miranda Pinto de; BARBANTI, Olympio; CAVALINI, Marcelo Meirelles; MELO, Mônica Martins de. **Interfaces e**

sobreposições entre unidades de conservação e territórios de povos e comunidades tradicionais: dimensionando o desafio. ICMBio, 2015.

SILVA PIMENTEL, M. A.; RIBEIRO, W. C. **Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 224-237, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À professora Mônica Richter por ter ministrado com tão belo empenho e dedicação a disciplina “Planejamento e Gestão de Áreas Naturais Protegidas” na UFRRJ-IM/Nova Iguaçu, proporcionando o incrível diálogo para a elaboração do artigo.

Recebido em 05 jul. 2020;
aceito em 09 nov. 2020.